

Entre Afogados e Sobreviventes: o testemunho de Primo Levi e a barbárie moderna

Lucas Amaral de Oliveira*

RESUMO:

Desde as barbáries ocorridas durante o Holocausto, ganharam destaque estudos voltados para a chamada “literatura de testemunho”, especialmente aqueles que adotaram como tema de suas análises as experiências limítrofes de indivíduos que foram vítimas dos horrores dos campos de extermínio, e que sofreram, por isso, as consequências do lado mais sinistro da era moderna. Nesse contexto, e adotando como objeto as obras do escritor-testemunha Primo Levi, um dos expoentes desse gênero narrativo, este trabalho tem como mote central converter as denúncias feitas por Levi em problemas de caráter sociológico, na tentativa de contribuir na seara de investigações aberta pelos depoimentos desse importante literato ítalo-judeu. Para tanto, serão utilizadas como base metodológica suas experiências, memórias e enunciados empíricos atinentes à lógica do nazismo, do racismo e dos campos de concentração, que serão examinados, com o auxílio de alguns autores da teoria social (como Benjamin, Adorno, Jameson e Agamben), a partir de uma hermenêutica política e dialeticamente orientada de dois dos textos mais expressivos de Levi: *É isto um homem?* e *Os afogados e os sobreviventes*. O objetivo é apreender em que medida a memorialística sobre as condições de exceção de outrora pode contribuir para um diagnóstico histórico-social da vida política contemporânea.

* Mestrando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (PPGS/USP). Contato: lucasoliveira@usp.br

Entre Afogados e Sobreviventes: o testemunho de Primo Levi e a barbárie moderna

O mote central deste ensaio é conceber uma abordagem diferenciada da narrativa do escritor italiano Primo Levi¹, percorrendo o âmbito do que se poderia chamar de uma sociologia da memória e do testemunho. Para tanto, buscarei interpretar e refletir politicamente duas de suas obras mais expressivas, de modo a evitar as armadilhas tanto do descritivismo literal, que reproduz o referente histórico ou textual, quanto da especulação metafísica, que zela pela leitura psico-filosófica ou alegórica dos textos (Jameson, 1992). Nessa medida, pretendo adensar a fundamentação teórica a partir dos depoimentos de Levi, justapondo, dialeticamente, narrativa literária e teoria social, entendidas aqui como dois mecanismos importantes para o desvelamento de eventos históricos e políticos.

Tenho ciência de que o tratamento sociológico da narrativa de Levi demanda certa complexidade analítica, porquanto conduz os leitores, mediante a representação do horror inefável, da empatia – no sentido de tornar-se próximo, receptor complacente de um mundo aparentemente sem sentido – à perplexidade. Não obstante tal dificuldade, meu objetivo é fazer dialogar os depoimentos de Levi com a realidade coeva, no sentido de apreender em que medida seus relatos sobre a privação do estatuto jurídico e a desumanização extrema contribuem para o diagnóstico do contemporâneo, sobretudo no que tange ao potencial destrutivo de uma civilização ainda racista e intransigente com o *outro*. Para tanto, duas obras do escritor são de meu maior interesse: *É isto um homem?* e *Os afogados e os sobreviventes*.

A primeira, escrita ainda no calor nos acontecimentos da Segunda Guerra (entre dezembro de 1945 e janeiro de 1947), pode ser tida como o testemunho pioneiro sobre os campos de extermínio. Nesse denso diário de memória, Levi busca reconstruir episódios cotidianos de sua experiência de *Häftling* (termo alemão para designar “homem do *Lager*”), não para fazer denúncias ou julgar os “carrascos” da história, mas com a intenção de “fornecer documentos para um estudo sereno de alguns aspectos da alma humana” (Levi, 1988: 7). Nessa medida, ele relata o processo de desumanização a partir dos acontecimentos mais significativos que revelaram a essência e a estrutura de Auschwitz, desde os momentos decisivos das seleções e dos bombardeios aéreos até a opressão do dia-a-dia.

Quarenta anos mais tarde, o desfecho de sua carreira literária ficou por conta de *Os afogados e os sobreviventes*, um tipo de testemunho vital em que a voz de sobrevivente, aliada ao prodigioso trabalho de memória, historiografia e revisão crítica, tentou recriar a vida no limite da destruição, buscando esclarecer as novas gerações dos riscos da exceção dentro da ordem democrática. Nesse seu derradeiro trabalho, pode-se identificar que Levi refunda a memória (individual, histórica, coletiva) como dever; por isso, talvez seja esse o escrito mais lúcido do literato sobre os mecanismos sociais subjacentes ao universo concentracionário, já que se trata

¹ Primo Levi, italiano, judeu, químico, intelectual, escritor e sobrevivente, marcado pela lancinante experiência de prisioneiro do *Lager* de Auschwitz-Monowitz, nasceu em Turim, em 31 de julho de 1919. Em 1941, diplomou-se com distinção em química, embora seu diploma já mencionasse o infame registro: “de raça judia”. Em 1942, ingressou no clandestino “Partido da Ação” e, no ano seguinte, começou a atuar na rede de contatos do futuro “Comitê de Libertação Nacional” – célebre organismo político da luta antifascista. Em dezembro de 1943, foi preso nas imediações de Brusson e levado prontamente para um “campo de triagem” em Carpi-Fòssoli. Em fevereiro de 1944, foi encaminhado para Auschwitz, onde ficou preso por um ano. Após a libertação dos presos pelo exército vermelho, tornou-se um escritor de prestígio, não obstante tenha mantido paralelamente o ofício de químico, até seu suicídio, em 11 de abril de 1987, aos 67 anos. Hoje, Levi é um dos autores italianos mais traduzidos no mundo, invocado, por Cesare Cases (1990), como “o narrador de Auschwitz” por excelência.

de um texto capital para entender o humano em situações de extraordinária opressão – e as possíveis formas de resistência a elas.

Segui na escolha dessas obras porque, creio, elas têm como escopo emitir uma espécie de “aviso de incêndio”² sobre a ameaça de que fatos equivalentes aos sucedidos durante o nazismo possam repetir-se. Nesse intento, elas conseguiram estabelecer uma mediação histórico-social entre passado e presente, contendo muito a instruir sobre o porvir, visto que as representações adotadas nesses textos anunciam, com voz altíssima, estratégias que, por meio de um diligente processo de rememoração/testemunho, cumprem uma dupla função na história da literatura: garantir a manutenção de uma individualidade abstrata – o “sobrevivente dos campos” –, e a supervivência da própria história enquanto lembrança, enquanto documento de cultura que é, ao mesmo tempo, documento de barbárie (Benjamin, 1996), por intermédio de uma memória que também é coletiva (Halbwachs, 2004).

Nesse contexto, tomo como horizonte algumas interrogações de ordem gerais, que, complementando-se, constituem o núcleo problemático deste ensaio. Considerando que Levi utilizou-se de elementos narrativos e históricos nascidos enquanto implicações de sua experiência em Auschwitz, e tendo em vista que uma obra surgida sob tal contexto reclama reflexões de caráter político, social e cultural, em que medida e sobre quais aspectos sua estética do testemunho pode contribuir para a análise do contemporâneo, sobretudo no que tange ao potencial destrutivo de uma civilização moderna ainda racista, desumanizadora e intransigente com o *outro*? Como se sabe, hoje, em nome da democracia e dos direitos humanos “universais”, são impetradas “guerras punitivas”, “invasões preventivas” e “intervenções humanitárias” que ratificam a fragilidade da memória, das garantias mais básicas e perpetuam um longo processo de dominação do *outro*. Nesse ínterim, são instaurados novos campos de concentração e espaços de exceção, seja no centro do novo fenômeno político denominado “fortaleza Europa”, ou no interior das bases militares norte-americanas mantidas em Cuba, Iraque e Afeganistão. Num **contexto tão tragicamente atual**, quais as heranças mais operantes do testemunho de Levi e do uso público/político que ele faz da memorialística dos campos?

De fato, não se pode compreender o sofrimento de cada ser humano sem observar a história que o circunscreve; mas, também, não é possível apreender a história da barbárie sem olhar com esmero para os indivíduos que a sofreram: é necessário ter em mãos um telescópio e um microscópio. Assim, não quero correr o risco de “instrumentalizar” a obra de Levi para ratificar teses existentes sobre os *Lager*³. Proponho uma análise indutiva de seu testemunho, priorizando a prática de uma hermenêutica dialética e politizada das obras (Jameson, 1992), tomadas em inter-relação com os elementos formais, conteudísticos e estruturais que a compõem (Goldmann, 1989). Isto é, terei como norte metodológico o exercício da dialética, a fim de descortinar “tudo o que mutila a espécie humana” (Horkheimer, 1976: 198), pois acredito que só a partir desse enfoque crítico seja possível trazer à tona o significado coletivo e

² Assim como Löwy (2005) viu na obra benjaminiana um “aviso de incêndio” sobre os perigos que ameaçavam a Europa pós-*Belle Époque*, pode-se notar em Levi um renovado “aviso de incêndio” em relação às políticas de desumanização infligidas aos *indésirables* e à conseqüente criação de novos campos de concentração, indícios da lógica racista da atual exceção: um racismo institucionalizado e de purificação permanente (Foucault, 1999).

³ Os *Lager* são os campos nazistas, dentre os quais Auschwitz é o modelo mais paradigmático, digamos, seu *tipo ideal*. Conforme a definição de Levi (2004b: 11), trata-se de grandes “centros de terror político”, que funcionavam como “fábricas da morte” e “ilimitado reservatório de mão-de-obra escrava sempre renovada”. O sistema de campos de Auschwitz era formado por outros subcampos – Levi ficou confinado em Buna-Monowitz.

concreto da barbárie narrada por Levi, e, assim, pôr em prática o “uso público da história” (Habermas, 2001), quer dizer, majorar o conhecimento que se tem sobre o passado a baldrame de nossa responsabilidade ético-política no presente.

Em sua narrativa histórica, Levi conseguiu contar e transpor o sentido e a lógica dos campos nazistas, bem como o processo de redução de mulheres e homens a seres inferiores e destinados à exploração absoluta. Como sobrevivente, também assumiu a condição de “testemunha por delegação”, ou seja, de voz que fala pelos “muçulmanos”⁴, estes prisioneiros típicos que, compondo o cerne do campo, submergiram, morreram. Digo “por delegação”, porque a “testemunha integral” definiu nos campos de trabalho escravo e/ou sufocou nas câmaras de gás. Nessa medida, de seu ponto de vista, viver implicava a busca por contar à humanidade a existência dos campos a partir do ponto de vista daqueles que sofreram. Porém, ele não se sentia um escritor de fato, “torna-se escritor unicamente para testemunhar” (Agamben, 2008: 26). Como testemunha ocular de Auschwitz, Levi logrou fazer de sua vida uma reflexão contínua sobre muitos dos eventos mais paradigmáticos de seu tempo, em especial os *Lager*. Mas como explicar tal barbárie? Como comunicar, por via da arte literária, o sentido da história tendo em conta situações de extrema degradação? Quais palavras poderiam revelar as causas e efeitos de processos políticos tão vis?

A vontade de representar o *Lager* não foi algo isolado, mas uma constante nos registros de vários ex-concentracioneiros que se tornaram escritores posteriormente. Todos eles, privados de sua condição humana (dignidade, direitos, cidadania, comunidade, família, religião, profissão, valores) e expostos à política de deterioração da vida e da morte, foram pouco a pouco exauridos pela fome e frio, pelo trabalho descomunal, pelas penúrias mais violentas e, ainda, reduzidos a uma existência integralmente vazia. Mesmo assim, uma das maiores razões para continuarem a viver era a de vir-a-ser uma testemunha em potencial, ou, como bem dizia Levi (2004b: 82), de tornar “cada migalha de experiência uma peça de um amplo mosaico” de memória. Com efeito, o testemunho dos sobreviventes nasceu enquanto fruto da necessidade de contar ao mundo os horrores do Holocausto, por meio de um conjunto de narrativas que teve, primeiro, “a finalidade de liberação interior” (Levi, 1988: 8), mas que, com o tempo, adquiriu outro sentido, “que podia ser interpretado como um testemunho universal do que o homem é capaz de fazer com outro homem” (Levi, 1998: 65).

Considerando, então, que as “verdades incômodas têm um caminho difícil” (Levi, 2004b: 135), toda a reflexão impetrada por Levi sobre Auschwitz, desdobrada ao longo de mais de quarenta anos de trabalho intelectual, procurou vencer as barreiras da incompreensão, do silêncio, do revisionismo histórico⁵ e do esquecimento (Vidal-Naquet, 2005; Losurdo, 2005). Contudo, para Levi, acredito que valha a equação de Adorno (1973: 64), para quem “o excesso de sofrimento real não permite o esquecimento”. Sobreviver, assimilar e compreender tal experiência foram tarefas que Levi se impôs – aliás, um esforço de compreensão presente em boa parte de seus escritos.

Um importante fator a ser considerado na obra de Levi é que há uma relação essencial e necessária entre seu impulso literário e a realidade maligna dos campos de extermínio, de

⁴ Segundo Levi (1988: 89), *muselmann* era a designação dada pelos veteranos de Auschwitz para referir-se aos ineptos e geralmente destinados à “seleção”, ao “prisioneiro irreversivelmente exausto, extenuado, próximo à morte” (Levi, 2004b: 85). Giorgio Agamben (2008) postulou-o como uma “testemunha absoluta”, porém impossível, pois, havendo presenciado todo o horror, não foi capaz de descrevê-lo *in toto*.

⁵ Levi (2005: s/p) é taxativo quanto a isso: “quien niega Auschwitz es precisamente quien estaría dispuesto a volver a hacerlo”. No mesmo sentido, Adorno (1995: 121-122), em seu texto *Educação após Auschwitz*, disse que quem “insiste em afirmar que o acontecido nem foi tão grave assim já está defendendo o que ocorreu, e sem dúvida seria capaz de assistir ou colaborar se tudo acontecesse de novo”.

modo que o conteúdo do primeiro é, em última instância, significativamente homólogo, porquanto diretamente condicionado, ao universo concentracionário. Há uma homologia no sentido de que os eventos-limites vividos pelo escritor são condições *sine qua non* de sua “literatura de testemunho”. Tendo isso, talvez seja possível estabelecer um paralelismo histórico-cultural entre, de um lado, o aparecimento e a firmação da escrita-testemunho como forma estética de representação no pós-guerra – que alia, em sua estrutura narrativa, experiência individual e memória coletiva, a fim de denunciar uma era cheia de autoritarismos e barbáries –, e, de outro, a conversão histórico-processual da exceção à regra, isto é, do rebaixamento político de alguns “inimigos da nação” à condição de não-pessoas (Dal-Lago, 2004), seguido de um esvaziamento do estatuto jurídico desses indivíduos.

Logo, o testemunho como fundamento, senão central, pelo menos insigne da literatura⁶ é algo que só veio à tona no auge de uma época carregada de catástrofes; sua constituição obriga parte da história da cultura ocidental a uma revisão estética e filosófica radical, a partir de sua relação e, mais, de seu compromisso político com o Real: a obra de arte não pode mais ser pensada como uma estrutura significativa afastada da vida (e sem efeito sobre ela), tampouco reduzida a mero reflexo do social (portanto, sem autonomia). De acordo com Seligmann-Silva (2003: 47), a “literatura de testemunho” consubstanciou-se como estilo que tem feito com que “muitos teóricos revejam a relação entre literatura e ‘realidade’”, haja vista que a estética literária passou “a ser pensada como arquivo histórico [...] vinculado à noção de memória/escritura” (Seligmann-Silva, 2007: 166). Nesse contexto, Levi foi um dos escritores que mais contribuíram para essa revisão, já que quis resgatar o que existe de mais sinistro no Real e apresentá-lo ao mundo. Ademais, as estruturas que compõem seus escritos têm sua origem e legitimação numa memória não apenas individual da barbárie, mas, acima de tudo, social: no processo de construção narrativa, a partir de uma estrutura política delimitada, Levi preservou uma responsabilidade histórica, pois, como intelectual, buscou fazer de sua arte uma das portadoras *sui generis* da memória coletiva do Holocausto.

Acredito que a especificidade da literatura que descreve uma experiência empírica exceda em riqueza de detalhes e verossimilhança as apreciações conceituais, incapazes de chegar tão a fundo no desvelamento das múltiplas possibilidades de desumanização postas em marcha pelo nazismo e por sua “notável experiência biológica e social” (Levi, 1988: 88), que estabeleceu uma verdadeira “guerra contra a memória” (Levi, 2004b: 26). Essa é a razão por que optei pelo testemunho de Levi: sua reflexão tem a intenção de ratificar o valor da memória contra o esquecimento, a fim de que novas gerações aprendam com a barbárie passada e evitem sua repetição. Sua obra é, portanto, “um relato de experiência, no qual as palavras relatam como se fossem gestos, atos cerimoniais que nos guiam através do desastre que representa esse século” (Levi *en* Belboliti, 1998: 21). Nesse sentido, de que forma eventos-limites tão paradigmáticos para a modernidade, como o domínio totalitário, o antisemitismo e os campos de extermínio, foram traduzidos, a partir da experiência concreta, pela memorialística dos *Lager* e, em especial, pelo próprio testemunho de Levi?

Para o escritor judeu, o terror, o banimento e a desumanização, que fizeram com que toda dignidade perdesse o sentido, tiveram início em 1944, quando enviado para Auschwitz, depois de passar pelo campo italiano de Fòssoli (Levi, 1988: 12). Porém, já há alguns anos

⁶ A título de referência, a “literatura de testemunho” (*testimonio*) também se revelou muito marcante, desde os anos 60, na América Latina, por ocasião das ditaduras civil-militares que assolaram o continente. Mesmo não sendo o foco aqui, é útil assinalar que a estética política, de alto teor testemunhal, produzida por ex-presos e torturados do regime de exceção, logrou registrar, denunciar e analisar a violência, sevícias, mortes e desaparecimentos havidos no período.

antes de ser deportado, episódio que o levou a conhecer o espaço onde “os confins do espírito, o não imaginável estavam lá” (Levi, 2004b: 112), Levi sentiu as primeiras sequelas do fascismo, quando o governo italiano, seguindo o exemplo hitlerista das “Leis de Nuremberg”, impôs, em 1938, as leis antissemitas, vetando aos judeus o direito de frequentar certos locais urbanos. Essas leis raciais eram determinações governamentais que impediam o acesso de alguns grupos sociais estigmatizados a muitos aspectos da vida nacional, criando, dentro da estrutura legal, uma classe de não-pessoas, reduzidas a objeto da biopolítica e usurpadas de seu estatuto jurídico e da condição humana.

O campo fez com que muitos sentissem a experiência do absolutamente *outro*, não mais humano, mas o “que se manifesta, em relação ao ser humano, como diferença radical: em vez do homem outro, o outro do homem” (Vernant, 1991: 35). Lá, o biopoder se vestiu com seu traje hodierno, pois, como asseverou Foucault (1999: 306), “a função assassina do Estado só pode ser assegurada desde que o Estado funcione no modo do biopoder”. O que Foucault (1999) apresentou como próprio da soberania clássica, “fazer morrer e deixar viver”, torna-se, com o capitalismo, o biopoder moderno: “fazer viver e deixar morrer”. Com o nazismo, houve a intersecção derradeira entre soberania e biopoder: fez-se viver a raça ariana, pura e soberana; deixaram-se morrer as “raças inferiores”, de judeus, ciganos, eslavos, comunistas, de modo que, no *Lager*, o biopoder se potencializou, reduzindo-os à “vida nua”⁷ e decisivamente descartável (Agamben, 2002; Butler, 2009).

Ora, o testemunho do escritor de Turim mostra que o campo é o espaço biopolítico concreto, onde “tudo é possível” (Arendt, 1989: 488), inclusive o abuso da violência, por parte do Estado, para transformar o homem em objeto, em “uma coisa de ninguém, da qual se pode dispor de modo arbitrário” (Levi, 2004b: 106). É possível compreender, então, que o *Lager* não é somente o local da produção de dor e morte, mas onde renasce a figura do direito romano arcaico do *homo sacer* – ou do *muselmann* –, essa vida matável, porém insacrificável, que pode ser assassinada sem impedimento algum, já que não pertence a qualquer ordem legal (Agamben, 2002). Para Levi (*em* Agamben, 2008: 70), “o muçulmano é, antes, o lugar de um experimento, em que a moral e a própria humanidade são colocadas em questão”. No campo, a vida propriamente dita (*bíos*), cultivada, determinada, rebaixa-se a uma negação da própria vida (*zōē*), que, apesar de manter a constituição orgânica de ser vivo, retira-o da comunidade política, restringindo-o à mera existência biológica, isto é, à verdadeira vida nua.

No campo de extermínio, tudo é reduzido à incapacidade de narrar, ao silêncio, pois toda humanidade definha ante o horror: e quem perde tudo, até mesmo a voz, “perde também a si mesmo, transformado em algo tão miserável, que facilmente se decidirá sobre a sua vida e sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana” (Levi, 1988: 25). Por isso, conquanto o campo tenha sido uma grande e paradoxal engrenagem moderna que transformou homens em animais, Levi (1988: 39) adverte: “Não devemos nos transformar em animais; até num lugar como este se pode sobreviver para relatar a verdade, para dar nosso depoimento; e, para viver, é essencial esforçar-nos por salvar ao menos a estrutura, a forma da civilização. Sim, somos escravos, despojados de qualquer direito, expostos a qualquer injúria, destinados a uma morte quase certa, mas ainda nos resta uma opção”.

A opção a que se refere o autor é a de vir-a-ser testemunha, o que sugere que relatar a “verdade” por meio da memória literária seja uma forma política muito profícua de resistência

⁷ Segundo Agamben (2002), a “vida nua” é aquela contrária à “vida política” (*bios politikon*), quer dizer, é o estado social e politicamente condicionado de suspensão da vida humana de fato – ou melhor, da vida que se estabelece no contexto de uma comunidade e de um ordenamento jurídico determinados –, para uma mera função biológica.

à barbárie, já que admite, concomitantemente, estabelecer uma ligação mais fidedigna entre passado e presente, combater o esquecimento (traumático e social) e fortalecer tanto a identidade de testemunha como a própria memória da violência. É possível dizer, então, que existe um lugar-comum na estética do testemunho de Levi, um dispositivo que permite narrar o vivido como experiência-limite (no entanto, ainda “não-dito”) por intermédio da politização da literatura, a saber: o estatuto coletivo de sua memória, o que faz pensar que o testemunho que o escritor judeu politiza é o modo mais eficaz de recuperar não somente sua dignidade, mas também a daqueles que submergiram ou sobreviveram sem vozes. Portanto, o estatuto coletivo de sua memória garante, de certa forma, uma identificação do indivíduo com seu grupo, que, no caso de Levi e dos demais sobreviventes, se acha fundada numa memória compartilhada não só no campo histórico e real, mas também no simbólico e das representações.

Do mesmo modo que Benjamin (1996: 223) tentou compreender a história “do ponto de vista dos vencidos”, é possível observar no escritor italiano uma tentativa de dar voz aos que sucumbiram diante da barbárie, também procurando no passado “os ecos de vozes que emudeceram”. Sua narrativa sustenta todo o peso de uma síntese, já que não é fruto somente da memória individualizada, mas da construção empreendida por muitos que viveram experiência similar e não conseguiram contá-la, ou abdicaram de tentar entendê-la. Levi (2004b: 73) quer converter um evento paradigmático como Auschwitz num novo tipo de experiência coletiva, tornando público o que, *a priori*, seriam apenas experiências isoladas dos demais interlocutores: “Nós, tocados pela sorte, tentamos narrar com maior ou menor sabedoria não só nosso destino, mas também aquele dos outros, dos que submergiram”. Acredito que sua literatura seja um fenômeno coletivo porque ela se desenha, ainda hoje, como testemunho político em nome dos afogados: “Nós, que sobrevivemos aos campos, não somos as verdadeiras testemunhas. [...] Nós somos uma minoria [...] anômala. Somos aqueles que, por prevaricação, habilidade ou sorte, jamais tocaram o fundo. Os que tocaram, e que viram a face das Górgonas, não voltaram, ou voltaram sem palavras” (Levi, 2004b: 72).

No entanto, alguns eventos do final do século XX e início do XXI – novos campos de confinamento⁸, persistentes atentados contra os direitos, guerras intermitentes – apontam para a fragilidade da memória coletiva. A despeito de alguns avanços mais ou menos consideráveis na implementação dos direitos humanos nas últimas décadas, o racismo, a xenofobia e a violência ainda determinam a assinatura dessa era⁹, o que leva a crer que a ordem democrática

⁸ Como o campo de prisioneiros de Guantánamo, Bagram, Abu Ghraib, os campos de permanência temporária e de identificação e expulsão na “fortaleza Europa”, os territórios ocupados do Afeganistão e Iraque, bem como os assentamentos da Cisjordânia e Gaza. Nesses locais, combatentes, colonos e imigrantes ilegais estão isentos de suas prerrogativas jurídicas básicas, mantidos com o mínimo de vida possível, com os direitos e garantias a todo instante violados, e, ainda, sob um controle total de seus corpos. Agier (2006: 199) distingue ainda outros espaços de exceção: centros de triagem, campos de detenção dos que pedem asilo, campos de agrupamento de deslocados, centros de acolhida de urgência, certas zonas portuárias, etc. Esses *não-lugares*, por mais diversos, compõem “um conjunto de espaços, hoje em crescimento, para manter refugiados, ‘clandestinos’ e indesejáveis à espera, em sobrevivência e sem direitos”. Nesse sentido, os campos hodiernos são prova de que o Estado continua a reduzir parte de sua população a objeto da biopolítica, privando-a de seu estatuto jurídico, o que faz pensar que, *mutatis mutandis*, eles denotam uma obsessão de controle homóloga, embora não inteiramente comparável, àquela exercida no nazismo, representando mais uma das ramificações da “sociedade de controle”.

⁹ Um exemplo é o que ocorre hoje na Itália, onde se podem notar conotações intrinsecamente racistas da nova legislação do governo de Berlusconi contra os imigrantes: o decreto n° 92/2008, convertido em lei em 24 de julho de 2008, prorrogou de 2 a 6 meses o tempo de permanência dos imigrantes ilegais nos *centros de identificação e expulsão*. As normas são claramente de teor racistas: proibição dos casamentos mistos para os ilegais no país; impedimento de envio de dinheiro para as famílias; proibição de matricular os filhos em escolas etc. Outro exemplo dessas biopolíticas de emergência, se deu em agosto de 2010, quando o presidente

não esteja inteiramente imunizada contra os males sucedidos no passado. Desse modo, é razoável derivar dos prognósticos de Levi duas urgências para a teoria social. Primeiro, seguindo as preleções de Adorno (1995), sua importância para evitar o esquecimento de Auschwitz, bem como do que ele significou (e ainda significa) para a história, direcionando toda práxis de tal modo que nada desse gênero volte a ocorrer, pois a amnésia coletiva é algo que absolutamente não nos é lícito. Segundo, a urgência de se elaborar um modelo de crítica sociológica à visão de mundo calcada apenas no avanço técnico-econômico e na racionalidade instrumental, se não se quiser incorrer em postura relativamente alheia ao Real. Essa crítica deverá ser mais seriamente estabelecida sobre as bases da memorialística do *Lager*, da experiência empírica dos sujeitos que narraram o horror vivendo-o íntima e concretamente, sofrendo os criminosos descaminhos da história.

O testemunho politizado do escritor conota um alerta para que seja impedido que a tragédia dos campos não se torne regra. Antes de sua morte, Levi (2004b: 172) anteviu o risco de que eventos-limites desumanizadores retornassem, mesmo dentro de uma estrutura democrática: “aconteceu que todo um povo civilizado, recém-saído do intenso florescimento cultural de Weimar, seguisse um histrião cuja figura, hoje, leva ao riso; no entanto, Adolf Hitler foi obedecido e incensado até a catástrofe. Aconteceu, logo pode acontecer de novo: este é o ponto principal de tudo quanto temos a dizer”. Em vista dessa assertiva, pode-se sugerir que o cerne moral e político das obras de Levi, desde as memórias de *É isto um homem?* até o prodigioso *Os afogados e os sobreviventes*, consiste no perigo da reiteração.

Essa possibilidade gera outra inquietação: em que medida o racismo, a violência “tanatopolítica”, o banimento sócio-racial e o mundo concentracionário morreram? Em que medida estão retornando? Levi (2004b: 172) dá uma pista: “poucos países podem dizer-se imunes em relação a uma futura onda de violência, gerada pela intolerância, pela vontade de poder, razões econômicas, fanatismos religiosos e atritos raciais”. Duas décadas antes, Adorno (2009: 238) também denunciara que situações de exceção nas democracias ainda persistiam “porque a humanidade civilizadora é como sempre desumana em relação àqueles que são estigmatizados por ela de maneira ignominiosa como não-civilizados”.

No limite, perante um cenário histórico não muito auspicioso, tendo em conta uma série de políticas que recriam situações-limites, pode-se aludir que o fascismo obteve uma vitória? Afinal, continua-se a observar a desumanização reiterada do *outro*, e o respeito à alteridade, nesse palco de tragédias, não passa de um horizonte não concretizado. O testemunho de Levi, quando transposto a essa conjuntura, é um precioso documento histórico de referência à barbárie, pois além de registrar fatos que nunca devem ser apagados ou deformados da memória coletiva, eles são a síntese de experiências *reais* colocadas à vista, escritas e refletidas por um indivíduo que sofreu na pele os martírios da vivência/violência dentro do maior estado de exceção do século XX.

Ao que tudo indica, a “literatura de testemunho” de Levi, quando lida como clássico, quer dizer, inscrita em seu contexto e escutada no presente, de modo a perceber o que ainda tem a nos contar, reitera a necessidade de uma reelaboração do passado unida a uma autocrítica do momento atual. Ora, reelaborar o passado, nesse caso, seria atribuir sentido crítico ao próprio presente, mas sempre tendo em vista os despojos sobre os quais nossa civilização, moderna em seus efeitos mais destrutivos, se constituiu. Nesse sentido, Primo Levi

francês Nicolas Sarkozy, num processo “sanitário” e jurídico de exercício de soberania, deportou milhares de ciganos para o Leste Europeu, como parte do novo Plano de Segurança de “limpeza social”, contenção do crime e do desemprego e controle à imigração ilegal, que, para os neoconservadores e para a opinião pública incitada pela grande mídia, seria a causa maior da crise social francesa e da violência nos subúrbios.

me parece um mediador respeitável para a compreensão da estrutura e da lógica da exceção contemporânea, porque as condições de violência, perda do estatuto jurídico, humilhação, torturas, sevícias e vigilâncias panópticas, tão duramente narradas por ele, são, em parte, bastante homólogas com os vazios jurídicos atuais: outrora, a exceção tomou a configuração de campos de extermínio; agora, ela se mantém em certos “Estados de direito”, destinada a “indivíduos sem-direitos” – mesmo levando em consideração o fato de que a finalidade da exceção coeva não seja mais expressamente assassina, mas de proscricção social¹⁰ e “intervenções humanitárias”.

Assim, se os contornos dos espaços de exceção mudaram foi no sentido de tornarem-se amoldados à atual conjuntura histórica, social, cultural e política do capitalismo avançado; sua substância bruta, sua lógica funcional, não obstante, permanece a mesma: reificar o homem, transformando-o numa coisa inferior, numa não-pessoa. Penso, então, que o teor testemunhal da estética de Levi é uma herança ainda operante no presente, ou, melhor dizendo, um instrumento contra o cinismo das “guerras humanitárias” e dos mais diversos atentados à condição humana: sua literatura é radical, no sentido quisto pelo jovem Marx (2005), pois toma as coisas por onde elas devem ser tomadas, pela raiz, de baixo e de dentro, partindo do próprio homem, sem mediações e num nível de concretude dificilmente obtido.

A memória e o testemunho, juntos, parecem ser instrumentos de luta política sem os quais as novas gerações ficam à mercê da repetição de barbáries outrora empreendidas. As denúncias de Levi nos fornecem subsídios sociológicos relevantes para a análise da vida política contemporânea, de modo que seus relatos contribuem – em termos benjaminianos –, como documento histórico de cultura e arquivo empírico da barbárie, para uma compreensão de problemas em voga: arbitrariedade de algumas biopolíticas nacionais e internacionais contra os imigrantes ilegais, os *sans papiers*, os refugiados, os ciganos; leis de detenção preventiva de civis, ignorando tratados atinentes aos direitos humanos; disseminação de novos campos de concentração; nacionalismo exacerbado; estigmatização do *outro* como “inimigo da democracia”; xenofobia; punições coletivas, etc. Destarte, acredito que um dos maiores ensinamentos que Primo Levi legou para as ciências sociais em geral é a necessidade premente de começarmos a exercitar uma teoria social crítica fundada na experiência de testemunho. Foi isso que busquei exercitar neste breve ensaio.

Ora, antes de apontar para uma imagem intocável do passado, enquanto monumento simbólico vazio, que nada instrui sobre o porvir, não seria mais adequado construir uma experiência legítima com ele? Não resta dúvida de que há uma tendência ao esquecimento histórico e à destruição da memória coletiva e dos mecanismos capazes de remeter formações sociais atuais a experiências passadas. Nesse contexto, os relatos de Levi (1988: 7) não comporiam uma chave importante para a reconstrução dessa experiência, um elemento mediador entre passado e futuro, capaz de alertar-nos para o fato de que, ainda hoje, a história dos campos “deveria ser compreendida por todos como um sinistro sinal de perigo”?

Referências bibliográficas

Adorno, Theodor 2009 *Dialética Negativa* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar).

¹⁰ O ano de 2011 começou decisivo para a “fortaleza Europa”: a chegada de milhares de refugiados do norte da África e do Oriente Médio, devido às conturbações políticas que se alastraram sobre o mundo islâmico, fez com que países como França, Itália e Espanha fechassem ainda mais suas fronteiras às *personae non gratae*, infligindo rígidos controles às migrações. Hoje, fala-se em reerguer as fronteiras internas européias que haviam sido “derrubadas” quando se estabeleceu, em 1985, o acordo *Schengen*, que permitiu a livre circulação de pessoas entre os 24 países da União Européia, além de Islândia, Noruega e Suíça.

- _____. 1995 *Palavras e sinais* (Petrópolis: Vozes).
- _____. 1973 *Notas de literatura* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro).
- Agamben, Giorgio 2002 *Homo sacer* (Belo Horizonte: UFMG).
- _____. 2008 *O que resta de Auschwitz* (São Paulo: Boitempo).
- Agier, Michel 2006 “Refugiados diante da nova ordem mundial” em *Tempo Social* (São Paulo) Vol.18.
- Arendt, Hannah 1989 *Origens do Totalitarismo* (São Paulo: Cia das Letras).
- Belpoliti, Marco 1998 *Primo Levi* (Milão: Mondadori).
- Benjamin, Walter 1996 *Magia e Técnica, Arte e Política* (São Paulo: Brasiliense).
- Butler, Judith 2009 *Vida Precária* (Buenos Aires: Paidós).
- Cases, Cesare 1990 “Introduzione” em Levi, Primo *Opere*, Vol.1, (Torino: Einaudi).
- Dal Lago, Alessandro 2004 *Non-persone* (Milano: Feltrinelli).
- Foucault, Michel 1999 *Em defesa da sociedade* (São Paulo: Martins Fontes).
- Goldmann, Lucien 1989 *Sociologia da Literatura* (São Paulo: Mandacaru).
- Habermas, Jürgen 2001 *A Constelação Pós-Nacional* (São Paulo: Littera Mundi).
- Halbwachs, Maurice 2004 *A Memória Coletiva* (São Paulo: Centauro).
- Horkheimer, Max 1976 *Eclipse da Razão* (Rio de Janeiro: Labor do Brasil).
- Jameson, Fredric 1992 *O inconsciente político* (São Paulo: Ática).
- Levi, Primo 2004a *A trégua* (São Paulo: Planeta De Agostini).
- _____. 1988 *É isto um homem?* (Rio de Janeiro: Rocco).
- _____. 1998 *Entrevistas e conversaciones* (Barcelona: Ed. Península).
- _____. 2004b *Os afogados e os sobreviventes* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- _____. 2005 “Regreso a Auschwitz: entrevista” em *Letras Libres* (México) n.48.
- Losurdo, Domenico 2005 *Le révisionnisme en histoire* (Paris: Albin Michel).
- Löwy, Michael 2005 *Walter Benjamin: aviso de incêndio* (São Paulo: Boitempo).
- Marx, Karl 2005 *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (São Paulo: Boitempo).
- Seligmann-Silva, Marcio 2007 “Adorno, a paisagem catastrófica do século XX e a estética após o ‘desencadeamento do elementar’: prolegômenos para o pós-estético” em Silva, Josué *Por uma sociologia do século XX* (São Paulo: Annablume).
- _____. 2003 *História, Memória e Literatura* (Campinas: EdUnicamp).
- Vernant, Jean-Pierre 1991 *A Morte nos olhos* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar).
- Vidal-Naquet, Pierre 2005 *Les assassins de la mémoire* (Paris: La Découverte).

